

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CANOAS – 2012**



**CARGO:  
FISCAL TRIBUTÁRIO COM  
TITULAÇÃO SUPERIOR**

**PROVA II – PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
PROVA III – QUESTÃO DISCURSIVA**

**DATA: 17/06/2012 – TURNO: TARDE**

***INSTRUÇÕES GERAIS***

***Caro Candidato:***

*Leia* com o máximo de atenção e cumpra rigorosamente as **instruções** que seguem, pois elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

*Confira* atentamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo.

Caso contrário, solicite aos fiscais da sala a sua substituição.

1. O caderno de provas contém **30 questões objetivas** e **01 questão discursiva**.
2. **O tempo para a realização da prova é de 03 horas e meia**, após a leitura destas instruções. Nesse tempo, está incluído o preenchimento das **FOLHAS DE RESPOSTAS** referentes à prova objetiva e à questão discursiva.
3. O candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 1 (uma) hora do seu início.
4. O candidato só poderá levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes do seu término.
5. Cada questão objetiva oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras **a, b, c, d, e**, sendo apenas **1 (uma) correta quanto à formulação proposta**.
6. A resposta da questão discursiva deverá ter de **15 (quinze) a 30 (trinta) linhas**.
7. Com o início da prova, encerra-se o tempo para qualquer questionamento: **o entendimento das questões é parte integrante da prova**.
8. É vedado ao candidato qualquer tipo de comunicação com pessoas e consulta a livros, revistas ou anotações, bem como o uso de máquina de calcular, fones de ouvido, celular ou qualquer tipo de aparelho eletrônico.
9. Quanto às **FOLHAS DE RESPOSTAS** – partes integrantes desta prova – o candidato deve
  - a) assiná-las nos locais indicados para tal fim; não será avaliada a questão discursiva que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado;
  - b) preenchê-las, **assinalando, na destinada à prova objetiva, somente uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, hachurando-a totalmente com caneta azul ou preta de ponta grossa suficientemente pressionada**, conforme exemplo: ●, e, **na destinada à questão discursiva**, no espaço apropriado para sua versão final (o candidato poderá usar lápis somente no rascunho da questão discursiva);
  - c) devolvê-las aos fiscais de sua sala sem dobras e sem amassaduras, ao final da prova.
10. Serão **anuladas** as questões da prova objetiva que apresentarem qualquer assinalação diferente da prevista na letra b do item 9, as não assinaladas ou as assinaladas em duplicidade, bem como as emendadas ou rasuradas ou com borraduras.
11. Será **desconsiderado**, para efeito de avaliação da questão discursiva, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.

**BOA PROVA!**

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

• **DIREITO TRIBUTÁRIO**

01. No tocante à extinção do crédito tributário, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- a) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
  - b) A compensação, a remissão, a prescrição e a decadência são alguns exemplos de modalidades de extinção do crédito tributário.
  - c) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
  - d) A lei não pode autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.
  - e) A consignação em pagamento é uma das causas de extinção do crédito tributário, e, em sendo julgada procedente, o pagamento reputa-se efetuado, e a importância consignada é convertida em renda; se, todavia, for julgada improcedente, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 
02. Assinale a afirmativa correta a respeito da suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- a) O depósito judicial somente tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário se ele for realizado em dinheiro e se for integral, isto é, se ele representar o valor do crédito principal, dos juros, da multa e de todos os demais encargos exigidos pelo Fisco.
  - b) O parcelamento do crédito tributário, que suspende a sua exigibilidade, sempre exclui a incidência de juros e multas.
  - c) O deferimento de medida liminar ou de antecipação de tutela em ação anulatória do ato declarativo da dívida tributária é uma das causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sendo indispensável, para tanto, que o contribuinte deposite, em juízo, o montante integral do tributo em discussão.
  - d) A moratória não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
  - e) A moratória, uma das causas de suspensão do crédito tributário, somente pode ser concedida em caráter individual e por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- 
03. Sobre a exclusão do crédito tributário, é correto afirmar que
- a) a exclusão dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequente.
  - b) a isenção, salvo quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei.
  - c) a anistia consiste no perdão das infrações cometidas e abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
  - d) as hipóteses de isenção estão previstas na Constituição Federal e são definitivas, enquanto as imunidades são concedidas em casos específicos, mediante lei.
  - e) a anistia nunca pode ser concedida em caráter geral, devendo ser efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, mediante requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

04. As assertivas abaixo, a respeito do crédito tributário e do lançamento tributário, estão corretas, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.
- a) O crédito tributário é constituído através do lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. São espécies de lançamento: o lançamento por homologação, o lançamento de ofício e o lançamento por declaração.
  - b) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente homologa o pagamento realizado pelo contribuinte.
  - c) De acordo com o Código Tributário Nacional, se a lei não fixar prazo ao lançamento por homologação, este será de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo, não havendo manifestação da Fazenda Pública, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
  - d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício e iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos especificados no Código Tributário Nacional.
  - e) Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se esta, posteriormente, for modificada ou revogada.
- 
05. Com relação à figura dos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, é **INCORRETO** afirmar que
- a) sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
  - b) sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
  - c) sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
  - d) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se: contribuinte, quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitui o respectivo fato gerador, e responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressa de lei.
  - e) as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, de acordo com o Código Tributário Nacional, não podem, salvo disposição de lei em contrário, ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

06. Com relação à capacidade tributária, ao domicílio tributário e à solidariedade, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
- a) Um dos efeitos da solidariedade, nos termos do Código Tributário Nacional, é o de que a isenção ou a remissão de crédito exonera todos os obrigados, inclusive quando outorgada a apenas um deles.
  - b) Um dos efeitos da solidariedade, nos termos do Código Tributário Nacional, é o de que o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
  - c) Um dos efeitos da solidariedade, nos termos do Código Tributário Nacional, é o de que a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
  - d) Nos termos do Código Tributário Nacional, na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
  - e) A capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- 
07. Uma das afirmativas abaixo a respeito da responsabilidade tributária **NÃO** está correta. Assinale-a.
- a) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
  - b) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis e, bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria não se sub-rogam na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
  - c) De acordo com o Código Tributário Nacional, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
  - d) A responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.
  - e) Os diretores de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social e estatutos.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

08. Considere as afirmativas abaixo a respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar e assinale a que estiver **INCORRETA**.
- a) O princípio da anterioridade, previsto no artigo 150, III, b, da CF/88, uma das limitações constitucionais ao poder de tributar, não se aplica ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
  - b) O princípio da noventena, uma das limitações constitucionais ao poder de tributar, não se aplica ao Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR).
  - c) O princípio da anterioridade, previsto no artigo 150, III, b, da CF/88, consiste em uma limitação constitucional ao poder de tributar que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
  - d) O princípio da irretroatividade consiste em uma limitação constitucional ao poder de tributar que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
  - e) O princípio da anterioridade nonagesimal consiste em uma limitação constitucional ao poder de tributar que veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- 
09. A respeito dos tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a afirmativa correta.
- a) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (CIP) é um tributo que pode ser instituído apenas pelos Municípios.
  - b) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) são os únicos tributos de competência dos Municípios.
  - c) Dentre os serviços sobre os quais incide o ISSQN, incluem-se os serviços de comunicação e os de transporte interestadual e intermunicipal.
  - d) As taxas e as contribuições de melhoria são tributos que podem ser instituídos apenas pelos Municípios, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
  - e) Apenas a União, mediante lei complementar, possui competência para instituir empréstimos compulsórios com vistas a atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública e de guerra externa ou sua iminência, bem como no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- 
10. Assinale a afirmativa correta a respeito das espécies tributárias.
- a) Todas as espécies de contribuições especiais são de competência exclusiva da União.
  - b) As contribuições especiais sociais destinadas ao custeio do funcionalismo público estadual e municipal podem ser instituídas apenas pelos Estados e pelos Municípios.
  - c) As contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) são de competência exclusiva da União.
  - d) O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) são de competência dos Estados e do Distrito Federal.
  - e) O Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), de quaisquer bens ou direitos, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) são de competência, respectivamente, da União e dos Estados.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

11. Com relação à inscrição em dívida ativa e à Certidão de Dívida Ativa (CDA), é **INCORRETO** afirmar que
- a) é um ato que compete à Procuradoria da Fazenda, sendo, através dessa inscrição, obtida a Certidão de Dívida Ativa (CDA), a qual constitui título executivo extrajudicial para ser promovida a execução fiscal.
  - b) é um direito do contribuinte a obtenção da denominada Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – que possui os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débito (CND) – caso ele tenha efetuado o parcelamento do crédito tributário ou realizado o depósito, integral e em dinheiro, da quantia devida.
  - c) a Certidão Negativa de Débito (CND) expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza, pessoalmente, o funcionário que a expedir, relativamente ao crédito tributário e aos juros de mora acrescidos, sem prejuízo da responsabilidade criminal e funcional que, no caso, couber.
  - d) a dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e de liquidez, tendo o efeito de prova pré-constituída.
  - e) o termo de inscrição da dívida ativa deve, obrigatoriamente, conter, dentre outros elementos, o nome do devedor, a origem e a natureza do crédito, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora, bem como a data em que a dívida foi inscrita, pois a omissão de qualquer desses requisitos implica a nulidade absoluta da inscrição, isto é, nulidade que não pode, em hipótese alguma, ser sanada, haja vista que a ausência dessas especificações impede o contribuinte de promover a adequada defesa contra a dívida cobrada.
- 
12. Quanto à ação de execução fiscal, assinale a afirmativa correta, de acordo com a Lei nº 6.830/80.
- a) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
  - b) Após a citação, o prazo para o executado pagar a dívida ou garantir a execução é de três dias.
  - c) O prazo para o executado oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias, contados da juntada, aos autos, do mandado de citação, sendo o oferecimento de embargos independente da prévia garantia da execução.
  - d) Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, arcando, a parte exequente, com os ônus sucumbenciais.
  - e) Na execução fiscal, não se admite que a penhora recaia sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como sobre plantações ou edifícios em construção.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

13. **EXCETO** uma das afirmativas abaixo, sobre o fato gerador da obrigação tributária, está correta. Assinale-a.
- a) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
  - b) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
  - c) Nos termos do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
  - d) Nos termos do Código Tributário Nacional, a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
  - e) O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a saída destes do território do país exportador.
- 
14. Qual das afirmativas abaixo, sobre as espécies tributárias, está **INCORRETA**?
- a) O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos Estados e do Distrito Federal, não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior.
  - b) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de competência da União, é não-cumulativo, isto é, compensa-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
  - c) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sempre incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
  - d) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de competência da União, não incide sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
  - e) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União, deve ser progressivo e ter as suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

15. Assinale a afirmativa **INCORRETA** em relação ao sistema constitucional tributário.
- a) Nos termos da Constituição Federal, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à administração tributária, para conferir efetividade a esses objetivos, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
  - b) Nos termos da Constituição Federal, compete à legislação ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
  - c) Nos termos da Constituição Federal, compete à legislação complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
  - d) A competência tributária residual consiste na permissão constitucional para que a União institua, mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo 153 da Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Carta Magna.
  - e) A competência tributária extraordinária consiste na permissão constitucional para que a União institua, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- 

### **• DIREITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE CANOAS**

16. De acordo com o Código Tributário do Município de Canoas (Lei nº 1.783/77), é correto afirmar que
- a) os lançamentos tributários e suas alterações devem ser comunicados aos contribuintes, exclusivamente, mediante notificação direta, sendo vedada a sua comunicação através de edital afixado na Prefeitura ou por publicação no jornal local.
  - b) é facultado aos agentes fiscais, nos casos de sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente, proceder ao arbitramento de bases tributárias, o qual é sempre efetuado, conjuntamente, por três agentes do Fisco, tendo como característica marcante o seu caráter punitivo como forma de desestimular novas práticas de sonegação pelos contribuintes.
  - c) é vedado à Prefeitura, mediante acordo ou contrato, autorizar a arrecadação de tributos, por tempo determinado, a entidades particulares, haja vista tratar-se de uma atividade de atribuição exclusiva do Poder Público.
  - d) a revisão do lançamento, quando este for efetuado de ofício, ou decorrer de arbitramento, somente é admitida em face de superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.
  - e) responde perante a Fazenda Municipal, solidariamente, pela exigência a menor do imposto, taxas e multas, o funcionário responsável, quando ficar provado o descaso ou a negligência na execução dos serviços, sendo-lhe vedado, inclusive, direito regressivo contra o contribuinte.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

17. A respeito da prescrição e da decadência, assinale a afirmativa **INCORRETA** de acordo com o Código Tributário do Município de Canoas (Lei nº 1.783/77).
- a) O direito de proceder ao lançamento tributário, assim como a sua revisão e suplementação, extingue-se cinco anos depois da expiração do ano financeiro em que se tornaram devidos.
  - b) O prazo para proceder ao lançamento tributário interrompe-se por qualquer operação ou exigência administrativa necessária à revisão ou ao lançamento, desde que comunicada ao contribuinte, começando a correr novo prazo assim que finalizado o ano em que esse procedimento tiver lugar.
  - c) O direito de cobrar as dívidas provenientes de tributos, inclusive os que constituam ônus reais sobre bens imóveis, prescreve em cinco anos a contar do término do exercício dentro do qual eles se tornaram devidos; prescreve, porém, em três anos, a dívida ativa inferior a 2/10 (dois décimos) da Unidade Fiscal vigente, contado o prazo do vencimento respectivo, se estiver prefixado, e, no caso contrário, do dia em que foi contraído.
  - d) A prescrição para a cobrança da dívida fiscal é interrompida nas seguintes situações: - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento; - pela concessão de prazos especiais para esse fim; - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte por repartição ou funcionário fiscal para pagar a dívida.
  - e) Cessa em cinco anos o poder de aplicar ou de cobrar multas por infrações a dispositivos do Código Tributário Municipal ou da legislação complementar, exceto de quantia inferior a 2/10 (dois décimos) da Unidade Fiscal vigente, em que o prazo será de dois anos.
- 
18. De acordo com a Lei Municipal nº 1.943/79 (que estabelece normas sobre tributos municipais e dispõe sobre o Conselho Municipal de Contribuintes), assinale a afirmativa **INCORRETA** a respeito do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
- a) Trata-se de imposto que incide sobre todos os imóveis localizados na zona urbana do Município, definida em lei, bem como sobre os denominados terrenos sem ocupação, situados nas zonas urbanas ou urbanizáveis.
  - b) Excluem-se do conceito de terreno sem ocupação os não edificados, declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, enquanto perdurar essa condição.
  - c) O valor venal do imóvel, base de cálculo para o lançamento do imposto, será apurado levando-se em consideração, dentre outros fatores, as dimensões e o preço unitário do metro quadrado do imóvel, sendo tal preço majorado em 15% quando a unidade cadastral tiver face (testada ou lateral) para logradouros que constituem Corredores Viários Municipais, como é o caso, por exemplo, das avenidas Guilherme Shell e Boqueirão.
  - d) É vedada a realização do lançamento em nome do usufrutuário, em se tratando de caso de usufruto, uma vez que tal ato deve ser efetuado, obrigatoriamente, em nome do proprietário.
  - e) O imposto incide sobre todos os prédios situados em áreas urbanas definidas em lei, ou em núcleos que, embora localizados em zona rural, tenham características urbanas; incide, também, sobre os prédios construídos às margens das estradas ou logradouros que demarquem os limites da zona urbana com a zona rural.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

19. Nos termos da Lei Municipal nº 4.818/2003, que estabelece normas a respeito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), assinale a afirmativa correta quanto à incidência de tal tributo.
- a) Trata-se de um imposto que tem como fato gerador a prestação de serviços especificados em lista própria da mencionada lei, exceto quando tais serviços não se constituírem atividade preponderante do prestador.
  - b) O imposto não incide sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país, mas incide sobre as exportações de serviços para fora do país.
  - c) É vedada a incidência desse imposto sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente por meio de autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
  - d) O imposto sempre incide sobre os serviços prestados em relação de emprego e por trabalhadores avulsos, bem como sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
  - e) Quando os serviços são prestados por algumas categorias de profissionais autônomos, como é o caso, por exemplo, de despachantes, corretores de imóveis, profissionais com curso superior e os legalmente equiparados, há incidência de ISSQN; caso contrário, é vedada a incidência do imposto.
- 
20. Nos termos da Lei Municipal nº 5.256/2007, que trata do responsável pelo pagamento do ISSQN por substituição tributária, estão corretas as afirmativas abaixo, **À EXCEÇÃO DE** uma delas. Assinale-a.
- a) É dispensada a retenção por substituição tributária quando os serviços forem prestados por instituições de ensino regular, pré-escolar, fundamental, médio e superior, bem como as de orientação pedagógica e educacional.
  - b) Um dos casos em que é dispensada a retenção por substituição tributária ocorre quando o prestador de serviços gozar de isenção estabelecida em lei municipal ou tiver sua imunidade tributária reconhecida pela Secretaria da Fazenda do Município.
  - c) A substituição tributária prevista em lei não exclui a responsabilidade supletiva do prestador de serviços.
  - d) Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN as empresas que explorem serviços de energia elétrica, telefonia, transporte coletivo e de distribuição e tratamento de água e esgoto, relativamente ao imposto devido sobre os serviços a ela prestados.
  - e) Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN os bancos e demais entidades financeiras, relativamente ao imposto devido sobre os serviços a eles prestados; sendo dispensada, contudo, a retenção por substituição tributária quando os serviços forem prestados por instituição financeira cujo funcionamento dependa de autorização do Banco Central do Brasil.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

21. De acordo com a Lei Municipal nº 1.943/79 (que estabelece normas sobre tributos municipais), assinale a afirmativa que, quanto às taxas municipais, **NÃO** está correta.
- a) A taxa de iluminação pública é lançada e cobrada juntamente com os tributos imobiliários, tendo como base de cálculo o metro de testada do terreno.
  - b) São contribuintes da taxa de bombeiros o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de construções ou edificações existentes nas áreas urbanas do Município. Tal taxa tem como fato gerador os serviços de prevenção de incêndio, combate ao fogo e socorros públicos de emergência, postos à disposição da comunidade e prestados diretamente pela Prefeitura ou em convênio com o Governo do Estado ou outras entidades.
  - c) A taxa de bombeiros é lançada e arrecadada mensalmente, sendo sua base de cálculo o valor venal da construção ou edificação e sua incidência apenas sobre imóveis com área de construção ou edificação superior a 200 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados).
  - d) A taxa de coleta de lixo é lançada em conjunto com o IPTU, entretanto, quando o contribuinte estiver imune ou isento daquele imposto, bem como quando se tratar de serviços especiais de remoção de lixo, tal taxa é lançada isoladamente.
  - e) São contribuintes da taxa de coleta de lixo o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel beneficiado, de forma efetiva ou potencial, pelo respectivo serviço.
- 
22. A respeito da contribuição de melhoria, é correto afirmar que
- a) tal tributo é de competência exclusiva dos Municípios.
  - b) o seu fato gerador consiste no acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas ou privadas.
  - c) responde pelo seu pagamento o proprietário do imóvel ao tempo do lançamento do tributo, sendo essa responsabilidade transmitida aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.
  - d) o locador do imóvel beneficiado pela obra possui o direito de incluir, no contrato de locação, cláusula que atribua ao locatário a responsabilidade pelo pagamento, no todo ou em parte, do tributo.
  - e) os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a começar da data da publicação do Edital, para impugnar qualquer dos elementos nele constantes, cabendo à Administração Pública o ônus da prova, dada a situação de hipossuficiência do contribuinte.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

23. Assinale a alternativa que contém uma afirmação **INCORRETA** sobre a contribuição de melhoria.
- a) Quando houver a valorização de um imóvel, em virtude de uma obra pública de proteção contra secas e inundações, a administração tributária está autorizada a cobrar tal tributo.
  - b) As impugnações e reclamações, assim como os recursos administrativos, não têm o condão de suspender o início ou o prosseguimento das obras, mas obstam o Fisco de praticar os atos necessários ao lançamento tributário e à cobrança da contribuição de melhoria.
  - c) A cobrança da contribuição de melhoria terá como limite o custo das obras, computando-se as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento.
  - d) Para cobrança do tributo, a Administração Pública deve publicar edital, contendo, entre outros elementos, a delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas, com a relação dos imóveis nelas compreendidos, bem como o memorial descritivo do projeto e o orçamento total ou parcial do custo das obras.
  - e) Para determinação do valor da contribuição de melhoria devida por cada imóvel, ratear-se-á, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, com base nos respectivos fatores individuais de valorização.
- 
24. Nos termos da Lei Municipal nº 5.252/2007, que trata dos documentos fiscais obrigatórios, é **INCORRETO** afirmar que
- a) os contribuintes que possuem mais de um estabelecimento estão obrigados a manter escrituração fiscal distinta para cada um deles.
  - b) os contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) que desejarem um sistema único de emissão de notas fiscais deverão obter, primeiro, autorização do fisco estadual e, posteriormente, convalidação do fisco municipal.
  - c) o contribuinte, em caso de extravio de documentos fiscais cuja apresentação seja compulsória, deverá proceder à publicação do fato em jornal de grande circulação, levando o fato ao conhecimento do Fisco, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento.
  - d) o contribuinte e o estabelecimento gráfico devem, conjuntamente, requerer ao Fisco a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), cuja emissão deve ser em, no mínimo, 03 (três) vias, sendo a primeira destinada ao Fisco, a segunda ao contribuinte e a terceira ao estabelecimento gráfico.
  - e) os cinemas, mesmo quando utilizarem ingressos padronizados e instituídos pelo órgão federal correspondente, são obrigados a emitir nota fiscal de serviços.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

25. De acordo com a legislação municipal sobre isenções, assinale a afirmativa correta.
- a) São isentas do pagamento de ISSQN as cooperativas, com sede no Município de Canoas, que sejam formadas, exclusivamente, por pessoas físicas e que contenham, no máximo, 30 (trinta) associados.
  - b) São isentas do pagamento de ISSQN as cooperativas, com sede no Município de Canoas, que comprovem, por meio de demonstrativos contábeis legais, apresentados a cada exercício, que a divisão de sua receita não ultrapassa o valor de 20 (vinte) salários mínimos por sócio-mês.
  - c) As cooperativas beneficiadas pela isenção do ISSQN não estão dispensadas das obrigações impostas à totalidade dos contribuintes pela legislação tributária municipal, tais como a emissão de notas fiscais de serviço e o preenchimento do Livro de Registro de ISSQN.
  - d) De acordo com o Código Tributário do Município de Canoas, as isenções concedidas para pagamento de impostos abrangem, em todos os casos, as taxas devidas a qualquer título e a contribuição de melhoria, sendo vedada determinação legal em sentido contrário.
  - e) O direito à isenção de determinado tributo somente é concedido mediante decreto municipal e, para que tal direito possa ser exercido pelo contribuinte, a isenção deve ser reconhecida e concedida por ato do Secretário da Fazenda do Município.
- 
26. Acerca do processo administrativo fiscal, é correto afirmar, de acordo com o Código Tributário do Município de Canoas, que
- a) há duas instâncias para decisões de questões fiscais, sendo as reclamações contra multas e autos de infração julgadas, em primeira instância, pelo Conselho Municipal de Contribuintes, e os recursos contra as decisões de primeira instância, por sua vez, julgados, em segunda instância, pelo Grupo Julgador.
  - b) o Fiscal Tributário integrante do Grupo Julgador fica impedido de participar como membro do Conselho Municipal de Contribuintes enquanto perdurar seu mandato no citado Grupo.
  - c) o Grupo Julgador deve, obrigatoriamente, recorrer, de ofício, ao Conselho Municipal de Contribuintes das decisões de primeira instância contrárias à Fazenda Municipal, sejam elas unânimes ou não unânimes, no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da decisão.
  - d) o Conselho de Contribuintes, responsável pelos julgamentos em primeira instância, é composto por três julgadores, a saber: dois Fiscais Tributários e o Diretor do Departamento de Receita Municipal, cargo este exercido, exclusivamente, por servidor de carreira do Município de Canoas, investido no cargo de Fiscal Tributário, com titulação superior.
  - e) os contribuintes que não concordarem com os lançamentos feitos pela Prefeitura poderão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva publicação ou notificação, apresentar reclamação em petição dirigida ao Secretário da Fazenda do Município.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

27. À luz do Código Tributário do Município de Canoas, no que se refere ao processo administrativo fiscal, uma das afirmativas abaixo **NÃO** está correta. Assinale-a.
- a) As reclamações contra lançamentos e os recursos voluntários têm efeito suspensivo sobre a cobrança dos tributos.
  - b) Apresentada a impugnação pelo contribuinte, o processo é remetido ao Grupo Julgador para instrução e providências administrativas necessárias; após, é dada vista ao autuante para, no prazo de 10 (dez) dias úteis depois do recebimento do processo, manifestar-se sobre a impugnação; posteriormente à manifestação do autuante, a decisão de primeira instância será proferida no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do retorno do processo ao Grupo Julgador.
  - c) Da decisão de primeira instância, cabe recurso voluntário, no prazo de 20 (vinte) dias, para o Conselho Municipal de Contribuintes, contados da ciência da decisão.
  - d) O Conselho Municipal de Contribuintes, responsável pelos julgamentos em segunda instância, é composto por cinco Conselheiros, sendo um Presidente, dois representantes da Fazenda Municipal e dois representantes dos contribuintes.
  - e) A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante trazê-la em outro momento processual, salvo quando a prova se destinar a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos, bem como quando ficar comprovada a impossibilidade de sua apresentação no momento oportuno, por motivo de força maior.
- 
28. Nos termos da Lei Municipal nº 5.503/2010, que institui e disciplina o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a afirmativa correta.
- a) O seu fato gerador consiste na transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição, quando localizados no Município.
  - b) Em casos de permuta, dação em pagamento e compra e venda pura ou condicional, considera-se ocorrido o fato gerador do tributo na data da formalização do ato ou negócio jurídico.
  - c) Nos casos de permuta, considera-se contribuinte do imposto cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou direito adquirido; nos casos de cessão de direitos, considera-se contribuinte o cessionário, e, nas demais transmissões, considera-se contribuinte o transmitente do imóvel ou do direito transmitido.
  - d) Em se tratando dos responsáveis solidários pelo pagamento do imposto, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, o administrador judicial nunca responde pelo imposto devido pela massa falida ou pela empresa em recuperação judicial.
  - e) O imposto incide sobre a retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão de compra e venda com pacto de melhor comprador.

## **CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO COM TITULAÇÃO SUPERIOR**

---

29. As afirmativas abaixo acerca do ITBI, nos termos da Lei Municipal nº 5.503/2010, estão corretas, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.
- a) O imposto incide sobre a transmissão de direitos possessórios.
  - b) Como exemplos de casos de isenção, podem-se citar as operações em que seja adquirente a Caixa Econômica Federal, bem como as operações em que seja adquirente ou cedente sociedade de economia mista em que o Estado do Rio Grande do Sul ou o Município detenha o controle acionário.
  - c) São imunes ao ITBI os templos de qualquer culto, mas tal imunidade compreende somente a aquisição de bens ou direitos relacionados com suas atividades essenciais ou delas decorrentes; tal ressalva, entretanto, não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que são imunes ao ITBI em qualquer hipótese.
  - d) A imunidade dos partidos políticos em relação ao ITBI está condicionada, dentre outros fatores, à necessidade de aplicarem os seus recursos integralmente no país, para manutenção de seus objetivos institucionais.
  - e) A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto de transmissão ou da cessão de direitos a ele relativos, sendo o valor venal atribuído pela Secretaria Municipal da Fazenda mediante avaliação efetuada pelo fiscal tributário.
- 
30. Nos termos da legislação municipal, assinale a afirmativa correta.
- a) A partir do exercício de 2010, os pagamentos do IPTU, da taxa de coleta de lixo e da taxa de bombeiros passaram a ser autorizados em cota única ou parceladamente, sendo, em caso de pagamento em cota única, concedido o desconto de 30% (trinta por cento), segundo a Lei nº 5.447/2009.
  - b) Os clubes, as entidades carnavalescas e os sindicatos são obrigados ao pagamento da taxa de fiscalização de atividades, conforme a Lei nº 5.575/2011.
  - c) A Declaração Mensal de Serviços eletrônica (DMS-E) é obrigatória para os prestadores de serviço enquadrados no regime de ISSQN variável que, no ano anterior, obtiveram receita bruta igual ou superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) na atividade de prestação de serviço, ainda que isentos ou imunes, de acordo com o Decreto nº 66/2008.
  - d) Os débitos que já tenham sido objeto de parcelamento junto ao Município poderão ser refinanciados, desde que o referido parcelamento esteja com 30% das parcelas quitadas, conforme o Decreto nº 701/2009.
  - e) Em caso de parcelamento do crédito tributário em até 36 (trinta e seis) parcelas, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) em caso de pessoa física, e a R\$ 200,00 (duzentos reais), em caso de pessoa jurídica; já nos parcelamentos superiores a 36 (trinta e seis) parcelas, o valor mínimo da parcela é de R\$ 300,00 (trezentos reais), em caso de pessoa física, e de R\$ 800,00 (oitocentos reais), em caso de pessoa jurídica, segundo o Decreto nº 701/2009.

**PROVA III – QUESTÃO DISCURSIVA**

01. Considere a seguinte situação hipotética.

Mediante lei publicada em 12-12-2011, certo Município instituiu uma taxa para o exercício do poder de polícia de fiscalização de mídias exteriores. A base de cálculo da taxa foi fixada, por essa lei, no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre a renda mensal auferida pelos contribuintes por meio das vendas das mídias exteriores.

Três dias depois, isto é, em 15-12-2011, o Município publicou outra lei, fixando a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

No dia 02-01-2012, o Município iniciou a cobrança dos dois tributos mencionados.

Diante da situação exposta, discorra sobre o que se pede:

– fundamentando seu posicionamento, diga, em relação à taxa para o exercício do poder de polícia de fiscalização de mídias exteriores, se o modo como o tributo foi estruturado na lei municipal e o momento em que ele passou a ser cobrado são compatíveis com a legislação constitucional e/ou infraconstitucional; já, em relação ao IPTU, se o momento em que o imposto passou a ser cobrado é compatível com a legislação constitucional e/ou infraconstitucional.

15

30